



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo

Rompay-Bartels, I.M.M. van

Citation

Rompay-Bartels, I. M. M. van. (2015, February 26). *Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/32077>

Version: Corrected Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/32077>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/32077> holds various files of this Leiden University dissertation.

Author: Van Rompay-Bartels, Ingrid Monique Maria

Title: Migração de Retorno, Identidade e Transnacionalismo: Famílias nipo-brasileiras e as experiências de vida entre o Brasil e o Japão

Issue Date: 2015-02-26

Capítulo 1

Migração de retorno, identidade, e transnacionalismo: uma exploração teórica

Com a Reforma da Lei de Imigração em 1990, a migração de “retorno” dos descendentes de japoneses, que nasceram e cresceram fora do Japão, foi facilitada pelo governo japonês. Ora, escrever sobre migração, significa analisar as motivações que engendram esse movimento, e, sobretudo, as forças centrípetas e centrífugas que estendem ou não, a permanência dos imigrantes nipo-brasileiros.

Em virtude da descendência japonesa entende-se que esse movimento migratório é interpretado por muitos acadêmicos como uma migração de “retorno”. Assim, esse é o primeiro conceito chave desta pesquisa. Aqui, o meu ponto de partida é a análise crítica do que representa a migração de “retorno”, principalmente, quando o “retorno” não se restringe apenas aos imigrantes da primeira geração. Nesse debate analiso o discurso em torno da migração de “retorno” baseada nos *co-étnicos*. Na minha interpretação esse último termo deve ser substituído por *consanguíneos*. Esse posicionamento é discutido, tanto na parte que insere o debate da migração de “retorno” étnico quanto no estudo de caso deste livro.

Por se estudar uma forma de migração, analiso também o fenômeno do transnacionalismo. Parto desse discurso, devido às escolhas e às atividades das famílias nipo-brasileiras ultrapassarem as fronteiras geográficas do Japão. Faço, portanto, uma análise crítica do que se interpreta como transnacionalismo, tomando o meu posicionamento nesse debate, que é o segundo conceito chave neste livro.

Finalmente nesse capítulo analiso o discurso sobre os aspectos que interagem na construção da identidade como *um todo*. O meu ponto de partida é tratar esse discurso através da corrente construtivista, por considerar a identidade como algo de característica mutável e negociável. Desta forma, analiso várias definições de como se constrói e emerge a identidade. Dentro dessa abordagem analiso o discurso da identidade cultural como sendo uma *bagagem cultural* ou *elementos* que compõem a diversidade da identidade do ser humano. Nesse caso, defino a “identidade” como uma entidade composta por diferentes elementos, a qual no cenário atual necessita de uma reavaliação, que incorpore as novas dimensões dinâmicas que não se restringem a um passado histórico-cultural de uma origem fixa e única. São

exatamente essas peculiaridades culturais que definem também a identidade do ser humano. Esse posicionamento forma a base do trabalho desta pesquisa e é o terceiro e último conceito chave. Portanto o que significa o “retorno” para a identidade desses imigrantes?

1.1 Migração: as motivações para se migrar

Os deslocamentos de pessoas, do habitat inicial para outras regiões existem desde o primórdio da existência do ser humano. Quais são as motivações por trás desses movimentos migratórios segundo as teorias? Situando o âmbito internacional, e as mudanças advindas a partir dos anos de 1980 com a era da globalização, quais são os agentes que impulsionam e interagem na dinâmica atual os movimentos migratórios?

Na tentativa de se determinar esse quadro, tem-se como eixo de avaliação algumas teorias.

Um clássico no debate dos estudos migratórios é o historiador econômico, Ernest Ravenstein (Arango, 2000: 284), que nas suas obras *Laws of Migration* de 1885 e 1889 desenvolveu dentro das teorias neoclássicas o modelo econômico, conhecido como *push – pull*, ou seja, as forças de atração e repulsão (Ravenstein, 1889: 286). Segundo Ravenstein *push* fatores refletem um contexto negativo, o qual ocorre na região de origem, de onde os indivíduos partem. Esse contexto pode ser a perda de riqueza, leis opressivas, temor de perseguição política, falta de perspectiva de trabalho, tributação excessiva, etc. Por outro lado, o *pull* fator é associado com algo positivo, no qual há uma perspectiva de progresso do bem – estar, dando melhores perspectivas de trabalho, educação, segurança, clima, etc. (*ibid.*). Segundo Peixoto (2004: 5) é a estrutura desse modelo desenvolvido por Ravenstein que forma a base de todos os modelos modernos de *push-pull* utilizados nos movimentos migratórios. Por sua vez, Everett Lee (1969: 283) acrescenta nesse modelo econômico outros fatores importantes interagindo no movimento de impulsão da migração. Lee adiciona, entre outros aspectos, o desenvolvimento tecnológico, como os dos meios de comunicação e locomoção, e assim como Ravenstein, baseia-se na motivação econômica de uma vida melhor.

Outros pesquisadores também apoiaram-se na linha de raciocínio de Ravenstein, tais como Larry Sjaastad (1962: 82), Todaro (1976: 69), analisando as motivações por trás dos movimentos migratórios, principalmente, como um processo emergente de uma reação econômica, no qual o deslocamento de trabalhadores visa a maximização da melhoria do bem-estar. Essa reação é proveniente segundo Todaro (1976: 69) das diferenças,

principalmente econômicas existentes entre regiões e países, estimulando assim a decisão de migrar. Segundo Sjaastad (1962: 83) a migração pode ser interpretada como uma forma de investimento no capital humano, por exemplo, em determinados custos, em vista de um retorno maior através do trabalho. Para Castles (2004: 39) a discrepância econômica existente entre o hemisfério Norte e Sul, engendra por si própria, um cenário propício para um movimento migratório permanente. Por essa razão, são inúmeros os casos de indivíduos, que migram dos países em desenvolvimento, em busca de melhores perspectivas de vida nos países desenvolvidos. A globalização da economia mundial favoreceu ainda mais as diferenças econômicas e sociais existentes entre os dois hemisférios (*ibid.*). Portes e DeWind (2004: 6) argumentam que indivíduos migram na expectativa de melhores oportunidades de vida, submetendo-se a trabalhos de mão de obra desqualificada e pesados. Na maioria das vezes, os imigrantes realizam os trabalhos que são evitados pelos próprios cidadãos da sociedade receptora (*ibid.*).

Segundo Castles (2009: 22; 2004: 35) o ponto central da teoria neoclássica, de que faz parte a teoria *push-pull*, é analisar a migração como sendo um processo baseado numa escolha individual, racional, no qual se busca a maximização da utilidade individual, através da ponderação dos custos e benefícios. Indivíduos cessam a sua estada no país receptor, retornando para o seu habitat inicial, ao ocorrer uma redução dos benefícios e um aumento nos custos no país receptor (2004: 35). Todavia, tal constatação é falsa, uma vez que existem exemplos de migrantes temporários, que migraram e se estabeleceram permanentemente na Alemanha e na França com o decorrer do tempo, apesar dos períodos de recessão econômica (*ibid.*). A teoria do modelo econômico *push-pull* não enquadra determinados aspectos sociais, que também interagem dentro do amplo cenário que compõe os movimentos migratórios e que atuam, mesmo na ausência da motivação econômica (Massey *et al.*, 1998:8-9, Portes e Rumbaut, 2006: 16-17). Outro aspecto é o fato do modelo *push-pull* não inserir e explicar a motivação de se preferir migrar para determinados países (Castles e Miller, 2009: 23).

Menciona-se também o Modelo de Informações e Contatos (redes), impulsionando os fluxos migratórios através do dinamismo do contexto social (Castles, 2004: 34). Ao longo do tempo existe uma trajetória de estudos em torno do valor e do papel exercido pelas fontes de contato e familiares dos fluxos migratórios, que atuam nas migrações voluntárias e involuntárias. Segundo Koser (1997) a rota da migração dos exilados e refugiados é fortemente influenciada pelas redes de informações e contatos, que esses migrantes possuem.

Assim, Joaquín Arango (2000: 291-292) ressalta o fato de os laços de família, vínculos de amizade, e de toda a estrutura social ao redor dos migrantes serem considerados como um fator decisivo dentro do processo de migração. Esse tipo de estrutura se constata de forma frequente entre os imigrantes provenientes da América Latina, como no caso dos emigrantes do México que migram para os Estados Unidos (Smith, 2005; Smith, 2006: 196-198; Massey, 2003: 50).

Para Bourdieu e Wacquant (1992: 119) as redes de contatos também podem ser interpretadas como uma forma de *capital social*, uma vez que desempenham um papel importante dentro da sociedade por fornecer informações necessárias para um determinado grupo de pessoas. Segundo Massey *et al.* (2003: 50), Portes e De Wind (2008: 6) essa forma de rede de informações favorece, mesmo após o motivo econômico inicial ter desaparecido, a permanência desses migrantes. Compreende-se, então, que essas redes de migrantes no país receptor são compartilhadas por vários tipos de pessoas, estendendo-se, assim, além dos laços familiares e de amizade, ou mesmo de comunidade.

Joaquín Arango (2000: 293) argumenta que o quadro econômico está altamente relacionado ao contexto político. O poder do Estado e da política exercida em torno do movimento migratório é primordial, uma vez que o Estado e a política intervêm, monitoram e moldam esse processo. Segundo Zolberg (1989) a influência que o Estado e a política exercem são de alta relevância e portanto precisam ser consideradas, analisadas e incorporadas nos modelos teóricos que abordam as migrações internacionais.

Por outro lado, Marsella e Ring (2003: 15-16) analisam outros aspectos importantes, influenciando as migrações internacionais: crescimento populacional, perseguição religiosa, perseguição política, exploração e abuso das mulheres, pobreza, assim como catástrofes causadas pela natureza ou pelo ser humano. Por último, citam também o crescente antagonismo, ressentimento, assim como violência perante os imigrantes provenientes dos países do Oriente Médio, que possuem armas que podem levar à destruição de massas (Marsella e Ring: 2003: 16). Esse quadro é muito mais abrangente, como se constata no momento na Europa, por causa da crise econômica iniciada em 2008. Evidencia-se de forma geral fortes ressentimentos e medidas contra os imigrantes por causa da saturação do mercado de trabalho, levando até mesmo à violência pública, como é o caso da Grécia (Blackstone, 2012; Slood, 2012). Outros aspectos são os desastres da natureza (a), como secas, furacões, terremotos, enchentes, assim como os desastres causados pelo ser humano (b), tais como

terrorismo, acidentes nucleares, poluição, guerra, lixo atômico, os quais continuam impulsionando e influenciando os movimentos migratórios (Marsella e Ring, 2003: 16). A tendência é que essas catástrofes continuem ocorrendo no futuro com alarmante frequência (*ibid.*).

Conviria dizer que as teorias de migração enquadram apenas os motivos ou as causas que levam à migração, deixando assim uma lacuna, uma vez que não abordam ou explicam por que outras pessoas da mesma origem ou dos mesmos países não migram (Arango, 2000: 289-290). Arango (2000: 293-294) chama a atenção sobre a generalização dos resultados, assim como das teorias, uma vez que respostas generalizadas nem sempre fazem jus às condições específicas de vida dos migrantes, sendo assim reducionistas. O risco dessas generalizações leva à suposição de que dentro de um movimento migratório a realidade é semelhante para todos os membros envolvidos nesse fenômeno. Tal percepção omite a diversidade desse fenômeno, como por exemplo, as categorias: gênero, idade e grau de ensino, que podem influenciar as condições de vida dos imigrantes, levando à construção de cenários distintos das experiências de vida.

As generalizações de que as migrações internacionais refletem um cenário em que o foco são as contínuas correntes migratórias do continente Sul para o Norte (Castles *et al.*, 2008: 38-39) não são adequadas, por excluírem ou ignorarem os contextos históricos, por exemplo, das migrações europeias, do Oriente Médio (sírio e libanês) e mesmo japonesa que foram para a América do Sul no século passado, mostrando assim como essas generalizações são reducionistas. Esses fluxos migratórios são ilustrados na parte do quadro histórico deste livro.

Por outro lado, o dinamismo global e as suas transformações contínuas influenciam, direcionam ou redirecionam fluxos migratórios volumosos das mais diversas formas, proporcionando também, entre esses movimentos, a migração num sentido inverso, ou seja, a migração de “retorno”.

1.2 Migração de “retorno” ou de retorno étnico

É a partir dos últimos 30 anos que se constata nos estudos migratórios internacionais uma atenção direcionada para a migração de “retorno”. Porém, *quando, como* e *o que* determina uma migração internacional como sendo uma migração de “retorno”? E quando é que se considera o “retorno” como sendo étnico?

Segundo Cassarino (2004: 253) a abordagem em torno da migração de “retorno” dentro do fenômeno da migração internacional data de 1960, apesar de o fenômeno ter sido constatado no século anterior (Gmelch, 1980: 135). Além disso, Ravenstein (1885: 199) já havia abordado no seu artigo *Laws of Migration* o princípio do que se interpreta como migração de “retorno”, afirmando que toda corrente migratória gera uma contra corrente (Gmelch, 1980: 135). Contudo, o debate sobre a migração de “retorno” só passou a tomar forma a partir da década de 1980, com posicionamentos e definições diferentes (Cassarino, 2004: 254). Gmelch (1980) argumenta no seu artigo *Return Migration*, que de acordo com os dados abordados numa lista bibliográfica dos estudos migratórios no início dos anos 70, apenas 10 títulos dos 2,051 tratavam sobre a migração de “retorno”, embora 25% dos 16 milhões de migrantes provenientes da Europa, que migraram no início do século XX para os Estados Unidos, tenham retornado para os seus países de origem (Gmelch, 1980: 135). Para Gmelch a migração de “retorno” é o movimento inverso dos emigrantes para os seus países de origem (Gmelch, 1980: 136).

Toma-se como eixo de análise a influência do cenário da era da globalização na década dos anos 80 (Patarra, 2006: 7) proporcionando transformações de contextos culturais, políticos, sociais, econômicos e demográficos. Tal contexto constitui um desafio para estudiosos de múltiplas áreas acadêmicas tentar compreender, definir e revalidar paradigmas que insiram o dinamismo dos movimentos migratórios internacionais (Patarra, 2006: 7-9).

É a partir desses debates que se avalia que a migração de “retorno” como fenômeno migratório por muito tempo ignorado pelos acadêmicos, ou tratado como um mito. Para Stefansson (2004: 5):

We suggest that this analytical neglect has been caused by the fact that the conceptual and practical issues of homecoming always have fallen at the margins of grand narratives in migration research, those of assimilation, multiculturalism/diaspora, and transnationalism/ globalization. A second possible reason is tied to the commonsense view dominated by the logic of sedentary thinking throughout much of twentieth century (Gupta e Ferguson 1992, 1997; Malkki, 1992) that homecoming is an act of unproblematic and natural reinsertion in the local or national community once left behind.

O crescente interesse por esse fenômeno é bastante recente na área dos estudos migratórios. Cassarino (2004) publica o artigo “Theorizing Return Migration: The Conceptual Approach to Return Migrants Revisited”, analisando e revisando o tema migração de “retorno” dentro de algumas teorias migratórias internacionais como a teoria neoclássica, a teoria da Nova

Economia de Migração do Trabalho (NEMT), e as teorias do estruturalismo, transnacionalismo e das redes sociais.

Segundo Sjaastad (1962) e Todaro (1969) a teoria neoclássica assinala que a migração ocorre em diferentes áreas geográficas pelas diferenças de salário. O indivíduo é um ser racional que engendra o movimento migratório, visando maximizar as suas habilidades a partir de um cálculo de custos e benefícios. A migração de “retorno” dá a entender, que o migrante retorna para o seu país de origem, por não ter obtido os benefícios pelo qual iniciou o movimento migratório. Sintetizando, Cassarino (2004: 255) assinala que a migração de “retorno” é interpretada dentro da teoria neoclássica como sendo a experiência negativa do migrante, na qual o capital humano não corresponde à expectativa no país receptor.

A teoria da NEMT contradiz o pensamento neoclássico sobre a migração de “retorno”. Ao contrário de Todaro (1969), o estudioso Oded Stark (1991) aborda a migração de “retorno” como sendo o resultado de uma experiência migratória positiva. Defende a teoria de que existe uma estratégia eficiente e diversificada em torno dos riscos e benefícios. Enquanto na teoria neoclássica a migração é uma decisão individual, na teoria NEMT (Stark e Bloom, 1985; Stark e Taylor, 1989), tem-se como base a decisão dentro de um contexto maior de pessoas que se auxiliam por estarem de alguma forma vinculadas umas com as outras. Nesse caso, a estratégia de se poupar dinheiro num país estrangeiro, ocorre através da diversificação da alocação dos recursos, controlando assim os riscos de perda de padrão de vida em torno da família, ou das outras pessoas envolvidas, que permanecem no país emissor e que atuam na motivação do “retorno” do migrante. Uma outra diferença, entre a teoria NEMT e a neoclássica, é que se interpretava a migração como um movimento permanente, em que o “retorno” insere o pensamento de um fracasso dessa experiência. Segundo Dustmann e Weiss (2007: 238) muitas teorias econômicas interpretavam os movimentos migratórios como sendo permanentes. Eles argumentam no artigo “Return Migration: Theory and Empirical Evidence from UK” que a migração de “retorno”, e provavelmente a maior parte das teorias migratórias, é um fenômeno de caráter temporário. Para Dustmann e Weiss (2007: 237- 238):

a migrant is a temporary migrant if he/she stays in a particular country for a limited period of time. At the same time, the migration may be permanent from the perspective of the immigrant - he/she may leave the home country permanently, but remain temporarily in any one host country.

Distingue-se também a discussão da migração de “retorno” através do estruturalismo. Germani (1974: 143), citado em Dos Santos, Barbieri, De Carvalho e Machado (2010: 11)

argumenta que se deva levar em consideração a influência das condições sociais, culturais, e subjetivas, determinando o contexto, tanto no lugar de residência quanto no de destino, e que se estendem além dos fatores de *push* e *pull*. Segundo Cassarino (2004: 257) a teoria do estruturalismo parte da reflexão de que ao lado da experiência positiva ou negativa do “retorno” existe também uma relação social e institucional do migrante com o seu país de emissão. Assim, as expectativas do “retorno” não dependem apenas do capital e das habilidades adquiridas no país receptor, mas também do contexto político, econômico, e social em que se encontra o país de origem do retornado. O discurso antagônico do estruturalismo, com relação às teorias neoclássicas e ao NEMT, se apresenta no contexto da argumentação da influência que os migrantes retornados podem exercer ou não, dentro da situação do país de origem (Cassarino, 2004: 259). Dependendo da experiência do retornado no país de origem, tal contexto pode propiciar um novo processo de remigração (*ibid.*).

Outros autores como Dustmann e Weiss (2007: 38) elaboraram sua própria definição sobre essa forma de migração, “... return migration is the type of migration one usually has in mind when referring to a migration as being temporary. Return migration describes a situation where migrants return to their country of origin by their own choice, often after a significant period abroad.”

Além disso, compreende-se que a migração de “retorno” também pode ser involuntária (Bookman, 2002). Nesse caso trata-se principalmente dos casos dos ex-asilados, e ilegais, como é por exemplo o caso de aproximadamente 1,2 milhões de imigrantes nos Estados Unidos, na maioria latinos, que foram deportados durante a primeira gestão do Presidente Obama nos Estados Unidos, após o Congresso ter reprovado o plano do “*Dream Act*” (Czerwonka, 2012).

Sussman conceitua na sua obra *Return Migration and Identity: a global Phenomenon, A Hong Kong Case* (2011: 7) como migração de “retorno” os migrantes que retornam para os seus países de origem, após uma curta ou longa permanência nos países receptores, incluindo, também os descendentes dos emigrantes:

Hi-tech executives from California’s Silicon Valley, many of whom completed their graduate education in the United States, were at forefront of the wave of Indian returnees, but it now includes doctors, engineers, and artists. The Indian government is actively luring second generation Indians back to India creating the Overseas Citizens India (OIC) program. Between 2006 and 2008, the government issued more than 200,000 OIC cards providing holders visa-free entry to India for life. In Europe, immigrants are returning to Ireland, Turkey, and Czech Republic” (Sussman: 2011: 6-7).

Segundo Sussman a migração de “retorno” insere também os descendentes da primeira geração, enquanto Stefansson (2004: 3-5) interpreta a migração de “retorno”, dentro da era da globalização, como sendo o “retorno” para o lugar de origem natal ou ancestral, que envolve tanto exilados políticos e refugiados de guerra quanto a primeira e segunda geração de imigrantes. Por essa razão, vem à tona o questionamento sobre esse fenômeno, principalmente, por se incluir na migração de “retorno” os descendentes da primeira geração dos imigrantes, que em muitos casos não conhecem o país de origem dos seus antepassados:

In recent years studies of descendants of immigrants and exiles who embark upon what has been characterized variously as ancestral return, ethnic return migration, or post-colonial return have also become more frequent ...But the study of ancestral return of those who lived centuries beyond the border of their homelands raises especially intriguing questions of meaning of home and homecoming. ...they leave behind their places of birth and travel to countries in which they never set foot, thus critically blurring the heterofore sacrosanct emigration/immigration and home/host country dichotomies (Stefansson, 2004: 6-7).

A citação acima ilustra o foco da discussão deste estudo de caso sobre a migração de “retorno” dos imigrantes nipo-brasileiros para o Japão, especialmente quando se pergunta se a migração de descendentes étnicos pode ser considerada como uma migração de “retorno”.

Tsuda (2009, 2003c), Brubaker (1998), Kulu (1998), entre outros acadêmicos, se deparam com a mesma questão do “retorno”, a qual envolve as gerações provenientes dos migrantes da primeira geração. Dentro desse contexto, Tsuda busca com a sua obra *Diasporic Homecomings: Ethnic Return Migration in Comparative Perspectives* (2009) discutir a autenticidade dos retornos étnicos provenientes das diásporas. Assim, a adoção do conceito de diáspora debatido por Tsuda (2009: 9) deve ser interpretada para se compreender melhor o seu posicionamento:²²

The concept of diaspora has been increasingly invoked to capture the qualities of migratory dispersal and dislocation and the transborder nature of migrant communities and identities. The diasporic perspective is technically multipolar (i.e., involving several nation-states), because it includes the ethnic homeland and the scattered communities of diasporic descendants in various countries.

O posicionamento de Tsuda (2009) confirma o discurso de Markowitz e Stefansson (2004) que também refletem sobre a perspectiva de que o “retorno” não se limita apenas à primeira geração de migrantes e exilados, mas inclui também as gerações seguintes de migrantes.

²² O debate sobre os conceitos em torno do termo diáspora encontra-se seção sobre o transnacionalismo.

Para Tsuda (2009: 5) existem diferenças e semelhanças nos conceitos que constituem uma migração de “retorno” e uma migração de “retorno” étnico:

Ethnic return migration shares some similarities with the return migration of first generation emigrants to their country of birth, because both groups, are returning to their homeland (a place of origin to which an individual feels personally and emotionally attached) However, return migrants, are going back to their natal homeland (i.e., place of birth), whereas ethnic return migrants are later generation diasporic descendants returning to their ethnic (or ancestral) homeland, where their ethnic group originated.

No que diz respeito à migração de “retorno”, sigo o posicionamento de Tsuda (2009: 5) sobre a teoria do “retorno” étnico. No meu estudo de caso, esse é o conceito que melhor insere a política preferencial japonesa. Uma política formal, que legitima como “retorno” os imigrantes descendentes de japoneses nascidos no exterior, que em muitos casos nunca puseram os pés no país para onde “retornaram”. Esse aspecto será detalhadamente abordado na parte do estudo de caso que integra a motivação do movimento migratório dos informantes desta pesquisa. Todavia, tomo distância do termo *étnico* na combinação com o termo “retorno” empregado por Tsuda por causa da diversidade, flexibilidade e complexidade do seu conceito. Ademais, emprega-se o termo étnico para se descrever uma afinidade com relação à língua e à cultura de uma comunidade, grupo ou minoria a qual a maior parte dos estudos acadêmicos (Linger, 2001; Roth, 2002; Tsuda, 2003; 2009) que lidam com esse tema mostra um resultado negativo no caso dos nipo-brasileiros. Contudo, se, “...Ethnicity is after all, about relationships, not substances” (Bourdieu 1985 apud em Tsuda, 2009: 152), isso implicaria dizer que o resultado também pode ser diferente em um outro contexto? Ou não? Desse modo, tomo distância desse termo ao me referir ao movimento da migração de “retorno”.

Neste estudo, parto exatamente do princípio da heterogeneidade do comportamento dos descendentes de japoneses e da importância desse aspecto ao ser estudar os migrantes que fazem parte do “retorno”. Por essa razão não interpreto esse fenômeno como sendo o “retorno” étnico, mas sim como o “retorno” dos descendentes da segunda e terceira geração de japoneses, que migram para o país dos seus antepassados através dos vínculos sanguíneos. Ou seja, eu parto do posicionamento do *retorno para a terra dos ancestrais*, uma vez que se estuda gerações posteriores às dos emigrantes. Nota-se que o aspecto dos vínculos sanguíneos determina quem são as pessoas que podem usufruir legalmente da migração de “retorno”.

Para Brubaker (1998) esse tipo de fenômeno reflete uma política de governo baseada na preferência dos imigrantes co-étnicos, os quais interpreto aqui como consanguíneos. Segundo Brubaker (1998) o fator étnico é uma forma legal e administrativa burocrática, que incentiva um determinado grupo de pessoas a fazerem parte de uma migração internacional de “retorno”, a qual é composta por migrantes, que em muitos casos nunca estiveram nesse país para onde “retornaram”. É o caso, por exemplo, dos *Aussiedler* que “retornaram” para a Alemanha (Von Koppenfels, 2009; Brubaker, 1998), dos argentinos descendentes de espanhóis que “retornaram” para a Espanha (Cook-Martín e Viladrich, 2009), dos finlandeses que “retornaram” para a Suécia (Hedberg, 2009), dos coreanos-chineses que “retornaram” para a Coreia do Sul (Song, 2009), entre outros.

Ao contrário, Sasaki (2002) argumenta dentro do contexto da migração étnica de “retorno” que é importante designar o contexto de *homeland* desses migrantes. Sasaki (2002) analisa e estuda a influência do mito e como o mesmo influencia a própria percepção de identidade dentro da migração de “retorno” étnico. Para Sasaki o fato de se mencionar que essa forma de migração é interpretada como uma migração de “retorno” dá a entender que o *homeland* seja o país dos migrantes da primeira geração. Defendendo a ideia de que “retorno” implicaria, portanto, que o indivíduo interpreta a sua ligação racial e os seus vínculos sanguíneos como sendo a sua origem, o seu *homeland*. Assim, para haver um “retorno” tem que haver uma “partida”. A migração étnica de “retorno” é uma migração de “partida” e não de “retorno”, na qual o *homeland* dos descendentes étnicos é o país onde nasceram (Sasaki, 2002: 113-114).

Outros autores, como Conway e Potter (2009) não fazem uma distinção entre a migração de retorno e de “retorno” étnico. O enfoque do discurso de Conway e Potter é o papel do transnacionalismo dentro do processo da migração de “retorno”. Nesse caso, esses autores se referem aos movimentos migratórios, que nem sempre foram em grandes números, e muito menos nos mesmos períodos, como no caso das diásporas. Apesar de que, analisem também o “retorno” das gerações seguintes desses migrantes para a terra dos seus ancestrais, o foco desse discurso está nos vários tipos de relações transnacionais e nos vínculos dessas segunda e terceira gerações com o país dos seus ancestrais, que favorecem a “estratégia” de “retorno” (Conway e Potter, 2009: 5).

Sem definir o conceito do transnacionalismo, Cassarino (2004: 261) destaca a influência das relações econômicas e sociais dos migrantes entre o país de origem e de recepção, que

influenciam no fenômeno da migração de “retorno”. A estruturação desse movimento contribui para a percepção de que a migração de “retorno”, nesse caso, não representa o final do ciclo migratório e sim uma parte do processo que o constitui. Por outro lado, Cassarino argumenta que a divergência da teoria do transnacionalismo, com relação ao estruturalismo e ao NEMT, se reflete no fato de o “retorno” implicar na necessidade de “adaptação” do migrante retornado. Apesar das dificuldades de adaptação, tem-se através do contato com o país de origem um migrante mais organizado e preparado para o regresso.

É importante considerar que a migração de “retorno” é um processo complexo, que pode levar ao desapontamento do migrante que retorna para o seu país de nascença (Stenfansson, 2004:7). A desilusão da migração de “retorno” é proporcionada pela experiência do contraste entre a nostalgia do que se sonhou e a realidade atual (Markowitz, 2004: 24). Para Chambers (1994: 4-5) a migração de retorno é um projeto impossível pelo fato do migrante idealizar uma imagem do seu país de emissão como se esse tivesse parado no tempo. Entre alguns estudiosos prevalece uma tendência pessimista em tratar o “retorno” só pelo lado negativo, enfocando apenas as experiências do desapontamento (Stenfansson, 2004:8-9). Segundo Stenfansson (2004:8) retornar para o país de emissão pode ser mais difícil emocionalmente para o migrante do que a própria experiência de se emigrar para um outro país, devido à incompatibilidade entre o que se imagina do retorno e o que se vive, de fato, ao regressarem.

Cassarino argumenta que a migração de retorno também pode ser interpretada através da teoria das redes sociais (Massey *et al.*, 1998). Assim como no transnacionalismo, o retornado é um indivíduo, que mantém fortes ligações com o país para onde migrou no passado (Cassarino, 2004: 265). Ao contrário da teoria do transnacionalismo, essas redes podem se estender além das diásporas (*ibid.*). Segundo Ley e Kobayashi (2009) no artigo *Back to Hong Kong: Return Migration or Transnational Sojourn?* o retorno não representa o final do ciclo migratório, mas geralmente um episódio dentro dessa migração temporária e transnacional, na qual os migrantes estão envolvidos. Neste estudo o retorno corresponde à escolha estratégica, interligada à fase do ciclo de vida do migrante. Nesse caso, os migrantes oscilam entre o poder econômico de Hong Kong e a qualidade de vida do Canadá, optando estrategicamente pelos dois, de acordo com a necessidade e o ciclo de vida em que se encontram. O desafio dessas escolhas se reflete nas definições que inserem os conceitos de identidade e cidadania de migrantes que constroem literalmente as suas vidas entre duas nações (Ley e Kobayashi, 2009: 123).

Segundo Massey *et al.*, (1993: 448) as redes sociais possuem um determinado efeito sobre a migração de “retorno” por auxiliarem na redução dos custos e riscos do movimento. A divergência entre as redes sociais e o transnacionalismo se reflete no fato de os membros das redes sociais poderem ter várias ramificações relacionais que podem se estender além das diásporas (Cassarino, 2004: 265). Além disso, diferentes redes sociais oferecem diferentes orientações e estratégias e, por isso, exercem uma determinada influência no comportamento dos retornados, independente da religião, etnicidade desses migrantes (Cassarino, 2004: 266-267).

Através da revisão da literatura sobre a migração de retorno abordada por Cassarino (2004) constata-se que o autor interpreta como retorno apenas o discurso da primeira geração de migrantes, assim como Dustmann e Weiss (2007: 238). Existem, porém, dois eixos em torno do discurso da migração de “retorno”, um que se limita apenas ao “retorno” dos migrantes da primeira geração, e o outro que inclui o discurso do “retorno” étnico dos descendentes dos migrantes da primeira geração. Nesse último caso é imprescindível assinalar o papel das políticas de estados, principalmente da Ásia e da Europa, favorecendo esse fenômeno internacional (Skrentny, Chan, Fox e Kim, 2007). Brubaker (1998: 1051) opina no seu artigo “Migrations of Ethnic Unmixing in the 'New Europe'” que, no caso europeu, a etnicidade foi empregada como sendo uma forma de administração e categorização, em que se oficializou e justificou burocraticamente a nacionalidade “étnica” dos descendentes das primeiras gerações de migrantes. Um dos exemplos mais conhecidos foi o caso da migração étnica de “retorno” dos *Aussiedler* que migraram entre 1950 e 1987 da Europa Oriental (Romênia e Polônia) e a partir de 1988, com o início da queda da Cortina de Ferro, da antiga União Soviética (1988-1996) para a Alemanha Ocidental. A justificação desse “retorno” se dá ao fato desses *Aussiedler* terem sido considerados como “eticamente alemães” (Brubaker, 1998; Skrentny, Chan, Fox e Kim, 2009: 57; Koppenfels, 2009: 103). Brubaker (1998: 1051) argumenta o fato de o discurso da política de governo da migração étnica de “retorno” ignorar ou omitir as várias percepções do que representa etnicidade.

Ethnicity as a meaningful category organizing perception, experience and social relations in everyday life- seems to have played very little role. The continuing immigration and citizenship privileges for ethnic Germans in Eastern Europe and the Soviet Union have been justified by a narrative -what one might call a “legal myth”- of ethnically motivated migration.

Como se interpreta e constrói a teoria da migração étnica de “retorno” depende, exclusivamente, do interesse e da importância que esses migrantes proporcionam para as economias dos países, que favorecem o “retorno” étnico como forma de migração.

Skrentny, Chan, Fox e Kim (2007) abordam no seu artigo “Defining Nations in Asia and Europe: A Comparative Analysis of Ethnic Return Migration Policy” a migração de “retorno” étnico como sendo uma política de preferência tanto da Europa quanto da Ásia Ocidental, da qual os Estados Unidos não fazem parte (2007: 794). Enquanto na Europa a migração étnica de “retorno” representa uma política em que o Estado dá assistência e proteção aos co-étnicos no estrangeiro, um cenário inverso se constata na Ásia, onde os co-étnicos no estrangeiro são os que passam a dar assistência às demandas do Estado. É o caso das migrações dos nipo-brasileiros e nipo-peruanos provenientes da diáspora japonesa na América do Sul (Takenaka, 2009), e também da migração de retorno dos chineses-coreanos, que nasceram na China (Song, 2009). De maneira geral, constata-se através da comparação da política do “retorno” étnico três justificações para essa política adotada tanto na Europa quanto na Ásia (Skrentny, Chan, Fox e Kim, 2007: 795). Na Europa, essa preferência justifica-se pelo fato de os co-étnicos terem em comum um passado histórico-cultural, assimilarem mais facilmente e, quando precisam de proteção (*ibid.*). Na Ásia, apenas a justificação da rápida assimilação dos co-étnicos é similar ao da Europa, uma vez que o foco do retorno nesses países visa sobretudo o desenvolvimento econômico, como é o caso da Coreia e do Japão, que incentivam a migração dos co-étnicos para suprir a demanda de mão de obra não qualificada, enquanto Taiwan, China e Coreia adotam medidas para estimular especificamente a migração de retorno dos co-étnicos, que são altamente qualificados (*ibid.*).

Desse modo é imprescindível que se defina novamente o que é migração por ser um fenômeno complexo, dinâmico e mutável, que insere as demandas e mudanças contínuas nos âmbitos: político, econômico, social e cultural (Castles e Miller, 2009: 25) do mundo contemporâneo. A motivação dos migrantes que “retornam” deve ser estudada de forma mais abrangente e minuciosa, a fim de levar em consideração os vários fatores que proporcionam esse fenômeno, assim como as práticas nos países de emissão e recepção.

1.3 O transnacionalismo

Os vínculos que os imigrantes mantêm com o país de emissão são construídos na literatura através do discurso do transnacionalismo. Constata-se que é no início dos anos 90 do século

XX que esse fenômeno passa a chamar a atenção dos acadêmicos, devido às inúmeras práticas e atividades de os imigrantes contestarem os limites das fronteiras geográficas e políticas (Stenfansson, 2004: 7).

De acordo com Glick Schiller, Basch e Szanton Blanc (1992) transnacionalismo são as atividades sociais realizadas por migrantes, as quais ultrapassam os limites das fronteiras políticas, geográficas e culturais. Portes e DeWind (2008:9) argumentam, por outro lado, que o transnacionalismo torna visível a prática do movimento pendular de ida e volta dos migrantes, que usufruem dos benefícios políticos e econômicos da alternativa de se poder viver das possibilidades engendradas por duas culturas e sociedades. De acordo com Faist (2000a: 189) o transnacionalismo representa: "... sustained ties of persons, networks and organizations across the borders across multiple nation-states, ranging from little to highly institutionalized forms."

Para Lacroix (2009) o sistema do transnacionalismo se tornou um paradigma dominante dentro das pesquisas sobre migração. Por sua vez, Stenfansson concretiza como exemplos de transnacionalismo os vínculos e as relações sociais existentes entre os migrantes com o país de origem, as visitas periódicas, a participação em atividades culturais e políticas nos países de emissão, as remessas de dinheiro e a construção de casas (Stenfansson, 2004: 7). No estudo de caso evidencia-se algumas dessas práticas entre os informantes, mostrando como a prática do transnacionalismo é vivida de forma diferente entre as famílias, em que nem todos os membros participam dessas atividades.

No artigo *Transmigrants and Nation States; Something Old and Something New in the U.S. Immigrant Experience*, Glick Schiller (1999) discute a visão equivocada do "transnacionalismo" como sendo um fenômeno novo. Colocando o contexto das migrações em discussão, Glick Schiller (1999) cita como referência migrações anteriores, que ocorreram nos séculos XIX e XX, nas quais se constata a emergência de inúmeros exemplos do que se denomina como práticas transnacionais nos Estados Unidos (*ibid.*). O que se designa, portanto, atualmente como transnacionalismo não é um "fenômeno" novo da sociedade moderna. A aceção do termo refere-se a uma nova perspectiva de se analisar essas práticas (Glick Schiller, 1999; Portes e DeWind, 2008: 9-10). Smith (2000) parte do mesmo posicionamento no seu artigo "How Durable and New is Transnational Life?". Segundo Smith (2000) a diferença atual está no fato de a tecnologia moderna facilitar o uso das relações sociais existentes e mantê-lo por mais tempo do que antigamente. Além disso dentro

do debate do transnacionalismo, é essencial que se analise a dinâmica da globalização (Castles e Miller, 2009: 30-31). Um dos aspectos é a melhora das tecnologias de comunicação e transporte, as quais levam os migrantes a manterem os seus vínculos sociais com as pessoas nos países de origem, e o aumento da migração temporária ou circular de pessoas, que migram num movimento pendular de ida e volta, entre países, onde possuem vínculos culturais, econômicos e sociais (Castles e Miller, 2009: 30).

A globalização é nesta pesquisa o processo dinâmico e tecnológico que agiliza, facilita e intensifica as práticas transnacionais dos migrantes, que não se restringem às fronteiras geográficas do espaço físico dos países onde se encontram. Como práticas transnacionais ou transnacionalismo considera-se as remessas de dinheiro, o movimento pendular de ida e volta dos migrantes, assim como a comunicação por internet, a qual ficou mais acessível com a tecnologia atual, intensificando o contato entre as pessoas, em diferentes países.

De acordo com Faist (2000) o fenômeno do transnacionalismo pode ser dividido em três categorias: comunidades transnacionais, circuito transnacional e relações de grupos transnacionais. Com relação a essa divisão contesta-se aqui apenas a categoria das “comunidades transnacionais” por corresponder a um termo antigo, que se interpreta como diáspora (Castles e Miller, 2009: 31). Entretanto, Castles e Miller argumentam existir uma diferença de conotação, entre os usos desses termos, sobretudo, por se utilizar a categoria “comunidades transnacionais” com uma conotação mais neutra do que diáspora, que geralmente está associada a fortes vínculos emocionais (*ibid.*). Para Koser (2007: 27) as “comunidades transnacionais” inserem o fenômeno de se viver “entre duas nações”, transcendendo fronteiras geográficas e políticas por se manter vínculos políticos, sociais e econômicos com pessoas do país de origem (*ibid.*). De acordo com Koser (2007: 25) a interpretação clássica da diáspora, que na acepção grega da palavra significa dispersão, está associada a uma forma de migração maciça, cuja característica fundamental é o fato de ser involuntária resultando na inabilidade do “retorno”. No entanto, muitos autores têm utilizado esse conceito de uma forma mais simples e flexível, como se fossem “diásporas modernas” (*ibid.*). Nessa vertente moderna, diáspora é utilizada para qualquer minoria étnica proveniente de um movimento migratório, que resida e trabalhe em países receptores, mantendo ao mesmo tempo fortes ligações com os seus países de emissão (Koser, 2007: 25-26). Cohen (2008) faz no seu livro *Global Diasporas: An Introduction* uma abordagem ampla de como a diáspora pode ser interpretada. Cohen reconstrói historicamente várias diásporas, sendo os

judeus a diáspora clássica, os armênios e africanos a diáspora composta por vítimas, os britânicos a diáspora imperialista, os libaneses e chineses a diáspora comercial, os indianos a diáspora do trabalho, e os povos do Caribe a diáspora das culturas desterritorializadas (Cohen, 2008). Em muitos casos, a emergência do transnacionalismo é constatada através das ligações existentes entre as diásporas dos imigrantes com os seus países de origem (Portes e De Wind: 2008:9). Apesar da forma sintetizada, evidencia-se que as divergências e convergências entre as acepções de diáspora, comunidades transnacionais e transnacionalismo não são nítidas.

Abaixo ilustro o debate de Faist (2010: 9) em que explica através do seu artigo “Diaspora and transnationalism: What kind of dance partners?” as diferenças entre esses dois conceitos.

The research has focused on delineating the genesis and reproduction of transnational social formations, as well as the particular macro-societal contexts in which these cross-border social formations have operated, such as ‘globalization’ and ‘multiculturalism’. Although both terms refer to cross-border processes, diaspora has been often used to denote religious or national groups living outside an (imagined) homeland, whereas transnationalism is often used both more narrowly – to refer to migrants’ durable ties across countries – and, more widely, to capture not only communities, but all sorts of social formations, such as transnationally active networks, groups and organizations.

Nesse contexto sigo a abordagem do transnacionalismo e da diáspora feita por Faist (2010: 9). Tomo como posicionamento apenas o discurso do transnacionalismo por não considerar o caso da migração dos nipo-brasileiros para o Japão como uma diáspora. Isso porque essa migração é composta principalmente de descendentes consanguíneos, que migram voluntariamente para o país dos seus ancestrais. Também, não constato um grupo nacionalista ou religioso, mas parto do princípio de que não se deve generalizar as migrações de determinados grupos que fazem parte de uma política de preferência de governo, como é o caso quando se considera os nipo-brasileiros uma diáspora.

Nessa pesquisa constato e analiso diferentes formas de vínculos sociais, atividades ou práticas, as quais ultrapassam as fronteiras geográficas e políticas dos países onde esses imigrantes se encontram. Nesse caso sigo a interpretação de Faist (2010) sobre o fenômeno do transnacionalismo: “... to refer to migrants’ durable ties across countries.” Vínculos que podem, sem dúvida, tomar formas materiais e imateriais. Por essa razão investigo quais são os vínculos existentes entre os imigrantes da primeira e segunda geração com o país de emissão, através do foco da unidade das famílias nipo-brasileiras. Apesar de me concentrar nessa parte da teoria de Faist (2010) procuro também determinar quais são as atividades de grupos ou organizações que operam entre os dois países, considerados importantes na vida cotidiana das

famílias dos imigrantes na área da minha pesquisa. Desse modo, o foco do transnacionalismo situa-se no fato de incorporar as dimensões das fortes relações que os migrantes mantêm com o país de origem, mesmo que morem em um outro país (Rivera-Salgado, 2000: 136-137).

Segundo Lacroix (2009) a mobilidade, o espaço social fragmentado e a cultura híbrida são as principais características do que se interpreta como transnacionalismo. Para Portes e DeWind (2008: 9) o papel político do reconhecimento da dupla cidadania representa uma prática visível do fenômeno do transnacionalismo. Além disso, esse aspecto político desempenha um papel importante no movimento pendular de ida e volta de determinados grupos dentro do quadro das migrações internacionais, e portanto das comunidades transnacionais (Portes e DeWind, 2008: 7-10).

Levitt e Glick Schiller (2008: 182) argumentam que para se estudar os efeitos e as consequências do transnacionalismo, é imprescindível analisar tanto os que migram quanto os que permanecem nos seus países de origem, devido ao fato de eles estarem envolvidos e interligados dentro desse processo dinâmico, unindo-os em lugares diferentes e de maneiras diferentes. Além disso, abordam a necessidade de se revalidar as instituições sociais básicas do que atualmente inseridas no estado nação, a cidadania e a família, assim como a própria definição do “conceito de sociedade”, pelo fato de não se restringirem somente a um estado nação (Levitt e Glick Schiller, 2008: 182-183).

Um outro aspecto discutido (Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton, 1992: 1; Glick Schiller, 1999) é a definição de imigrantes dentro do transnacionalismo como sendo transmigrantes.²³ De acordo com Glick Schiller (1999: 96), “... transmigrants differ significantly from people with diasporic tradition. Transmigrants are people who are claimed by two or more nation-states into which they are incorporated as social actors, one of which is widely acknowledged to be their state of origin.”

Contradizendo essa definição Guarnizo, Portes e Haller (2003) partem de um discurso diferente na obra *Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants* realizada com imigrantes provenientes da Colômbia, de El Salvador e da República Dominicana em quatro áreas metropolitanas nos Estados Unidos. Nessa pesquisa constata-se que apenas uma minoria, constituída principalmente por pessoas com um status social alto, está envolvida em atividades políticas em ambos países. Tais atividades e compromissos

²³ O termo transmigrante foi introduzido no artigo “Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration” de Glick Schiller, Basch e Blanc-Szanton, C. 1992, p. 1.

transnacionais são associados à idade, capital social e humano, e com relação ao gênero prevalece uma diferença expressiva e distinta. Assim, o ativismo transnacional não debilita a integração dos imigrantes em instituições políticas nos Estados Unidos (Guarnizo *et al.*, 2003: 1239). Guarnizo, Portes e Haller (2003) afirmam que se deve tomar distância de termos como “transmigrante” e “comunidades transnacionais” por generalizarem a realidade e não fazerem jus à realidade complexa e diversa que define a vida da maioria dos imigrantes.

Por sua vez, Smith (2006) aborda no seu livro *Mexican New York: Transnational Lives of New Immigrants* o termo “vida transnacional” em vez de transnacionalismo. Na sua análise Smith (2006) descreve como os mexicanos, da primeira e segunda geração desenvolveram um estilo de vida transnacional entre a pequena cidade de Ticuani no México e a cidade de Nova York nos Estados Unidos. Smith analisa o conflito da diferença dos gêneros e como esse discurso se constrói na vida transnacional desses imigrantes entre essas duas cidades. Nessa obra, evidencia-se as diferenças nas regras e nas práticas do que representa uma vida pública transnacional, em que um dos aspectos é a influência e o impacto político e econômico na arrecadação de fundos para financiamento de projetos no México. Outros autores como Conway e Cohen (1998), Levitt (2001) também enfatizam, entre outros aspectos, a influência e o impacto que as “comunidades transnacionais” têm tido nos seus países de origem, através das remessas de dinheiro. Vertovec (2008: 162-163) argumenta, que essas comunidades transnacionais passaram a ter substancialidade dentro do quadro político e econômico do transnacionalismo através das remessas feitas pelos imigrantes e da criação de atividades produtivas transnacionais. Insere-se aqui também as empresas transnacionais, assim como a emergência de trabalhadores, que passaram a ser empreendedores transnacionais (Guarnizo, 2003; Portes, 2004). Vertovec e Alejandro Portes (2001: 191) abordam a importância econômica que essas atividades transnacionais exercem nas políticas de governo dos países emissores.

Tsuda (2003c) discute o transnacionalismo na literatura através do discurso da identidade. Segundo Tsuda tem-se uma identidade transnacional, quando se mantém ou se desenvolve um sentimento positivo e forte de ligação entre duas nações. Nesse caso é necessário que se analise o status étnico e a identidade do grupo de imigrantes, tanto no país de origem quanto no país de recepção para se definir se a identidade é transnacional (Basch, Glick Schiller e Blanc 1994: 109; Tsuda, 2003c: 55). Sobre a construção da identidade dos

imigrantes, analisa-se outros posicionamentos a serem tratados mais adiante, como o processo da construção da identidade é definido dentro do fenômeno das migrações internacionais.

A avaliação do cenário em torno do transnacionalismo é discutida no corpo desta pesquisa, através das práticas transnacionais dos inúmeros casos de estudo que fazem parte do fenômeno da migração de “retorno”. Aqui tem-se como base a teoria de Faist (2010: 9) acima ilustrada. Assim como Guarnizo, Portes e Haller (2003) tomo distância de termos como “transmigrante” e “comunidades transnacionais” por generalizarem a realidade dos imigrantes e não condizerem com a realidade desta pesquisa. A realidade da vida dos membros das famílias que participam deste trabalho mostra que a prática do transnacionalismo é realizada de formas diferentes através dos membros de cada família, e que nem todos os membros participam dessas práticas de forma similar. Assim, não se deve generalizar o fenômeno do transnacionalismo com termos como “transmigrantes” e “comunidades transnacionais” por não fazerem jus à realidade de muitos imigrantes. A realidade é muito mais complexa e diversa. Por esse motivo concentro-me principalmente nas práticas transnacionais constatadas dentro da migração de “retorno” desses imigrantes nos estudos de casos desta pesquisa.

Um outro aspecto neste estudo sobre a migração de “retorno” é a análise do debate em torno da construção da identidade desses imigrantes.

1.4 Contextos e construções da Identidade

Ao longo da história disciplinar, o conceito de identidade tem sido muito discutido por estudiosos, devido às dificuldades conceituais em torno desse termo, apresentando assim um campo fértil de pesquisa. Atualmente, esse conceito é matéria de grande interesse, tanto no mundo acadêmico quanto nas conversas informais entre familiares, amigos ou colegas de trabalho. Por essa razão busca-se modelos que descrevam o discurso da construção da identidade. Deve-se, portanto, considerar em um amplo cenário as diferentes dimensões explicativas desse termo para que se possa reavaliar esse paradigma.

No debate em torno do termo identidade, a construção mais simples e também a mais abordada é a utilizada para se determinar “quem a pessoa é”. Segundo Verkuyten (1992: 20) a própria pergunta “quem a pessoa é” pode ser interpretada de diferentes maneiras. Pode se expressar através dessa pergunta que se almeja saber qual é a identidade desse indivíduo; como esse indivíduo interpreta a sua própria identidade; ou como esse indivíduo é visto pelos “outros” dentro da sociedade.

Distingue-se no debate da identidade duas correntes: a construtivista e a essencialista. Através da corrente construtivista a “identidade” é vista como algo que não é estático, ou seja, como um fenômeno que está sujeito a mudanças e que por isso faz parte de um processo em andamento. E esse conceito é oposto à corrente essencialista, na qual se interpreta identidade como algo que as pessoas “têm” e que “determina” a vida dessas pessoas (Ghorashi, 2003: 20). Ghorashi (*ibid.*) afirma que é a através da obra *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*, de 1969, que se introduziu essa nova dimensão explicativa da identidade. Para Barth a identidade é mutável, negociável e se constrói de acordo com o contexto, num processo de ações e reações, o qual não cessa de evoluir. Se Barth interpreta o conceito de identidade como algo negociável, que depende do contexto, isso implica que identidade se determina através da relação social.

Ghorashi (2003) argumenta na sua obra *Iranian Women Exiles in the Netherlands and United States* a sua percepção de que a identidade está continuamente em construção. Segundo Ghorashi (2003: 8) a identidade pode ser construída ou determinada através do ambiente social, assim como pode ser também “imposta”. Nesse sentido, a identidade não é sempre algo voluntário. Existe assim uma diferença entre a identidade “imposta”, a qual é determinada pelo meio social, e a identidade interpretada ou construída pela própria pessoa. No caso da identidade imposta, esta passa a tomar forma quando se discrimina e estigmatiza. É através do uso de estereótipos que a identidade é apresentada como estática. Dessa forma, a mesma identidade não é semelhante à identidade que as pessoas interpretam como sendo a sua própria identidade.

Todavia, é imprescindível que se estabeleça através da consistência do discurso como esse contexto se constrói.

Goffman (1963: 10) trabalha com o termo “identidade social virtual”, ou seja, quando o conceito de identidade é baseado nas expectativas que as outras pessoas têm da pessoa em questão e das exigências que são impostas a essa pessoa.

No Brasil... eu me sentia brasileiro, mas o pessoal lá fala “ei japonês” pra gente... na verdade é o brasileiro que discrimina. Aqui no Japão eu vejo que eu tenho um pouco dos dois, eu nunca parei para pensar o que eu sou? Se eu sou um ou o outro. Isso nunca foi algo que me ocupou. Você tem que saber lidar com isso (Nori).

Quando a gente chegou aqui (Japão) no início...se a gente perguntava alguma coisa para o japonês... os caras ficavam assim olhando pra gente... desconfiado, porque eles estranhavam e pensavam que a gente estava tirando sarro da cara deles... porque a gente tem cara de japonês... daí às vezes é até melhor nem perguntar... agora...já é mais diferente porque o pessoal já está

mais acostumado e não estranha mais assim quando a gente pergunta ou diz que não entendeu (Kazuaki).

Pode se dizer que isso é uma “caracterização temporária” e que é feita antes mesmo de se ter um contato com a pessoa em questão. Segundo Goffman (1963) a identidade real é baseada nas características que uma pessoa realmente tem de fato, a qual pode ser vista de uma maneira objetiva. Baumann (1999: 137) defende a ideia de que se deve substituir o conceito de identidade pelo termo identificação. Dessa maneira, Baumann acredita que se conseguiria liberar o conceito estático da “identidade”. Hall citado em Vermeulen (2001: 18) também defende a ideia de que esse conceito seria melhor. Vermeulen (2001: 18-19) escreve que identidade não trata apenas de grupos homogêneos, que se diferenciam do “mundo de fora” através da categorização “nós/eles”. Trata também da construção do “outro” e o processo de inclusão e exclusão que assim tem origem. Ao mesmo tempo o “próprio grupo” com o qual se identifica não precisa ser homogêneo. A definição do que é “próprio” é baseado num resultado temporário, que é fundamentado nos processos pelo qual se passa, e que dão significado a esta definição. Esse processo está permanentemente sujeito a mudanças e sendo assim, posto em dúvida. Para Ghorashi (2003: 8) a natureza da formação do processo da identidade pode ser relacional, construtivista e múltipla. Seres humanos possuem várias identidades, tais como: religiosa, política, cultural e étnica. Ghorashi (2003) defende o fato de as diferentes identidades estarem interligadas umas às outras. Baumann (1999: 86-87) afirma que conforme as circunstâncias, pode ser que uma identidade seja mais enfatizada que a outra. Essa mesma interpretação também é abordada por Lévi-Strauss (1977: 339) na sua obra *La identidade*. Para Lévi-Strauss o indivíduo possui múltiplas identidades, e de acordo com o contexto e relação, pode-se variar a identidade da pessoa que identifica e da outra que é identificada. A identidade é construída através da referência. Por essa razão é importante procurar examinar como essa construção toma forma nas fronteiras dos contatos sociais (Levi-Strauss, 1977: 339).

Tomando uma posição em torno do conceito da identidade, Oliven (1992: 26), na sua obra “*A Parte e o Todo*”, apoia-se na teoria engendrada por Lévi-Strauss sobre esse conceito, exprimindo assim a sua percepção de identidade como ponto de orientação:

Identidades são construções sociais formuladas a partir de diferenças reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção. Nesse sentido, Lévi-Strauss afirma que a identidade é algo abstrato, sem existência real, mas indispensável como ponto de referência.

O conceito “identidade” é estabelecido de acordo com a percepção de como uma pessoa é definida em relação ao seu meio social (Verkuyten 1992: 21). Esta relação com o meio social, com tudo o que é “diferente” e é “de fora”, é segundo Vermeulen (2001: 17-18) essencial para a construção de qualquer identidade. Desse modo, Vermeulen afirma que identidade é formada através das relações e do confronto daquilo que *não* se é (2001: 16).

Tsuda (2003c: 9) conceitua a identidade no seu trabalho da seguinte forma:

identity refers to a conscious awareness of who one is in the world based on association with certain sociocultural characteristics or membership in social groups. The individual's identity consists of two components: the self and the social identity. The self (or self-identity) is the aspect of identity that is experienced and developed internally through the individual's own subjective perceptions and experiences of the social environment. However, an identity is also externally defined by others in accordance with standardized cultural norms and social roles, which can be called the individual's social identity.

Analisando todos esses discursos resume-se que a identidade é um processo baseado na construção da interação social, influenciando a percepção tanto interna quanto externa do indivíduo em questão. A identidade é nesse caso um processo baseado na relação social e construído através das diferenças. Então, a identidade é algo mutável, individual, negociável e composto por diferentes elementos, uma vez que se possui uma bagagem cultural. Assim o foco dessa análise é através da corrente construtivista.

Buscando um paradigma novo, questiono o conceito desenvolvido por Radtke (2010: 54) por tomar distância de padrões antigos sobre a identidade.

‘Identity’ answers to the spiritual and social need to see a certain degree of consistency in one’s actions and thinking. Decisionmaking involves the expression of preferences among a number of alternatives. Once actions are taken individuals strive to construct some level of consistency with past actions, even if the original rationale underlying past decisionmaking is self-contradictory. The manner in which consistency is constructed is the core of individual and/or group identity. Discourse is therefore an important tool, but it does not shape identity by itself. ‘Nationalism’ as particular form of group identity can therefore only be understood as a complex process, rather than an interaction among static identities.

Esse conceito sobre identidade mostra a relação entre os vários elementos do discurso que envolvem tanto o contexto social quanto o discurso de como o próprio indivíduo busca construir através de suas ações e pensamentos a consistência da sua própria identidade, para si e para a sociedade. Essa definição é simples e ampla, e oferece na dinâmica atual uma dimensão explicativa sobre identidade. Ainda que siga como ponto de orientação esse conceito desenvolvido por Radtke (2010: 54) interpreto as alternativas como sendo os

diferentes elementos inseridos na identidade de uma pessoa, os quais são realçados ou vêm à tona de acordo com o contexto social. Na prática desta pesquisa defino esses elementos como sendo a “bagagem cultural”. Parto do princípio de que a construção da identidade é uma entidade estratégica. Ou seja, de acordo com o contexto a identidade pode variar, dependendo da preferência das alternativas, limitadas aos elementos do passado histórico e cultural, que compõem a própria identidade do indivíduo. É dentro desse contexto que se necessita no cenário atual uma reavaliação que incorpore também essas novas dimensões dinâmicas. Assim, defino aqui a identidade como sendo uma entidade, que pode ser constituída por elementos culturais diferentes, quando não se restringem a um passado histórico-cultural, a uma origem fixa e única. São justamente essas peculiaridades culturais, que definem também a identidade do ser humano.

1.4.1 A identidade cultural ou identidade

Há, porém, outras definições acadêmicas quando se trata das peculiaridades culturais da identidade. Em outros termos, examina-se nos debates acadêmicos se é clara a diferença do uso entre identidade cultural e identidade.

É nos anos 80 e 90 que o conceito da identidade cultural passou a receber mais atenção entre os acadêmicos (Sevänen, 2004: 35). A maior parte dos estudiosos passaram a abordar a “identidade” e a “identidade cultural”, sobretudo, através da corrente construtivista (Sevänen, 2004: 46). Ora, pode-se então perguntar qual é a diferença entre esses dois fenômenos? Todavia, é exatamente aí que está a dificuldade no desenvolvimento e esclarecimento desse debate. Sevänen (2004: 7), explica: “... the concepts of personal and cultural identity remain rather vague. Because personal and cultural identities are sociocultural phenomena, the difference between them is difficult to define.” Ora, nesse sentido a pergunta é se devemos tratar identidade e identidade cultural com dois conceitos diferentes? Assim:

even outside the factory, many of them remain culturally visible as foreigners because their distinctively different manner of speaking, dressing, gesturing and even walking. In addition, since a majority of the nikkeijin immigrants cannot speak Japanese effectively, language is obviously a significant cultural barrier to social interaction. At Toyama factory, many Japanese workers did not even attempt to speak with their nikkeijin co-workers because they were afraid of their inability to communicate. It was also quite apparent at times that the ethnic marginalization of Japanese-Brazilians on the basis of cultural difference was also motivated by ethnic prejudice (Tsuda, 2009: 212).

Essas diferenças culturais não seriam os elementos, que compõem o que se denomina como identidade? Aliás, mesmo que se trate de conterrâneos há, porém, que se enfatizar que a cultura que define a identidade de qualquer migrante também depende do contexto sociocultural que tiveram no país de emissão, ou das condições em que vieram quando migraram ou para onde migraram.²⁴

Por sua vez Hall (1990: 223) argumenta no seu artigo “Cultural Identity and Diaspora” que se sobressaem duas maneiras de se construir a identidade cultural. No primeiro discurso Hall baseia-se nos códigos culturais e no passado histórico e ancestral que um determinado grupo de pessoas compartilha entre si, onde se tem um quadro de referência comum, contínuo e fixo (Hall, 1990: 223). No segundo discurso Hall (1990: 225) explica uma outra percepção de como a identidade cultural se constrói ao interpretar que a história intervém *no que somos*. Para Hall a identidade cultural é tanto uma questão de “ser” quanto de “se tornar”, devido à construção de a identidade cultural ser originada de alguma parte, de alguma história, que está sempre em transformação contínua. Ilustra nesse segundo discurso a experiência traumática de uma cultura imposta aos africanos na época colonial com a escravatura. Assim, Hall defende que a identidade cultural não é algo imutável, de origem fixa. Pelo contrário, a identidade cultural representa um ponto de identificação, o qual é mutável, por que se constrói dentro do discurso da história e da cultura, que estão constantemente sujeitas as transformações, que intervêm no que somos e no que nos tornamos.

Por sua vez, Cohen (1993: 207) interpreta no seu artigo “Culture as Identity: An Anthropologist’s View” que não se pode tratar a cultura das pessoas como sendo “a cultura”, ou seja, como algo monolítico, determinando o comportamento do ser humano. Se esse aspecto ou propriedade da cultura for verdadeiro, a sua influência no comportamento do ser humano seria maior do que a identidade, nos equipando de um uniforme. Logo, se a cultura não é monolítica, e não é também um uniforme, isso implicaria em dizer que dentro de uma minoria étnica, existem também diferentes tipos de identidades culturais. Esse último aspecto da interpretação de Cohen é abordado amplamente no corpo deste livro ao se analisar os quadros das famílias de informantes da pesquisa empírica. Assim, ilustro as diferenças culturais, levando em consideração, também, que existem aspectos comuns que os unem culturalmente, independente do lugar em que vivem.

²⁴ Este quadro é detalhadamente ilustrado na parte do estudo de casos das diferentes famílias nos capítulos 3 e 4 deste livro.

Ronald Jackson (1999: 10) aborda no seu artigo “Exploring the Need to Be” a questão de se querer pertencer, ou fazer parte de uma comunidade cultural, reafirmando, assim, a identidade cultural que se tem como indivíduo.

Cultural Identity as the sense of belonging to a cultural community that reaffirms self or personhood for the individual and is created by: other people, their interactions, and the context in which they relate. Cultural identity is comprised of values, mores, meanings, customs and beliefs used to relate to the world, it continually define what it was, what it is, and what is becoming. (Jackson, 1999: 14).

Desse modo, nessa perspectiva analítica é interessante reter que existem costumes, valores, e crenças comuns nas identidades culturais, que unem diferentes indivíduos provenientes de um determinado país em um outro espaço geográfico e de tempo. Através dessa definição Ronald Jackson debate como cultura é importante na reafirmação da identidade. As práticas culturais convergem as diferentes identidades através da reafirmação dos elementos culturais comuns existentes entre os indivíduos. No entanto, Amartya Sen (2006: XIV) argumenta no seu livro *Identity and Violence: The Illusion of Destiny* que se deve compreender o discurso de que o ser humano tem uma pluralidade de identidades que possuem afiliações distintas, e que interagimos de maneiras diferentes uns com os outros. Para Sen (2006: xv) a violência no mundo reflete a ignorância que se tem desse aspecto. “... in fact, a major source of potential conflict in the contemporary world is the presumption that people can be uniquely categorized based on religion or culture” (Amartya Sen, 2006: xv).

Tentar definir identidade através da identidade cultural ou da identidade religiosa, significa omitir a existência dos outros componentes que formam e que interagem na construção da identidade do ser humano. Essa abordagem reflete exatamente o meu posicionamento nesta pesquisa. Acrescento que não se pode omitir que a identidade é composta por elementos diferentes, que não devem ser divididos em parcialidades. Para Sevänen (2004: 7) é justamente esse aspecto que mostra o obstáculo acadêmico em se diferenciar os conceitos de identidade e identidade cultural, dado que não se pode separar um conceito do outro. Isso porque a identidade cultural é um elemento na composição da identidade de um indivíduo. Essa mesma abordagem é ressaltada por Sen (2006) ao explicar que não se deve categorizar identidade baseando-se apenas na cultura, como se se pudesse separar uma da outra.

Exatamente por seguir a corrente construtivista, considero a identidade como uma entidade em contínua construção, composta por diferentes elementos. A identidade cultural

representa assim os elementos ou a *bagagem cultural*, que define e constrói a identidade do indivíduo em questão, e que não pode ser vista como algo diferente da identidade. Entende-se aqui, que a bagagem cultural não é estática e é sem dúvida um elemento na construção de qualquer identidade. Por essa razão tomo distância na minha abordagem do termo identidade cultural. Nesse sentido utiliza-se neste livro apenas o termo identidade.